

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UM OLHAR SOBRE O TRABALHO COLABORATIVO E A INCLUSÃO ESCOLAR

SPECIAL EDUCATION TEACHERS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE: A LOOK AT COLLABORATIVE WORK AND SCHOOL INCLUSION

DOCENTES DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE: UNA MIRADA AL TRABAJO COLABORATIVO Y LA INCLUSIÓN ESCOLAR

Linda Carter Souza da Silva¹

Alessandra de Araújo Gonçalves Gomes²

Marianna Medeiros da Silva³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar um panorama do serviço de apoio referente a Educação Especial no contexto da rede estadual de ensino do Rio Grande Norte (RN) com ênfase na atuação dos professores de Educação Especial em sala de aula comum. O aporte metodológico adotado é de cunho qualitativo (Minayo, 2015) tendo por método o Estudo de Caso (Stake, 2010). Através de uma pesquisa documental e de revisão de literatura sistemática. A fonte de coleta de dados são livros, artigos publicados e documentos legais que regem a educação especial no estado do Rio Grande do Norte. Os resultados apontam para um serviço de apoio que considera as particularidades dos estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE) que estão matriculados na rede e que busca uma interlocução com os professores de sala de aula regular com foco na consolidação do trabalho colaborativo que ainda se apresenta como um grande desafio. Por fim, se faz de fundamental importância considerar que, os professores de educação especial nas escolas se apresentam como a concretização de políticas públicas em educação que buscam reparar historicamente, a exclusão e, que suas ações têm sido no sentido de concretização de uma perspectiva colaborativa do ensino voltado à estudantes com necessidades educacionais específicas.

Palavras-chave: serviço de apoio; necessidades educacionais específicas; trabalho colaborativo.

ABSTRACT

The main objective of this article is to present an overview of the support service related to Special Education in the context of the state education network of Rio Grande do Norte (RN), with an emphasis on the performance of Special Education teachers in regular classrooms. The methodological approach adopted is qualitative (Minayo, 2015) and the Case Study method (Stake, 2010) is used. This study is carried out through documentary research and a systematic

¹ Pedagoga. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3579-6259> Email: lindacarterlinda55@gmail.com.

² Pedagoga. Especialista em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica/FAVENI. ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-4386-6941>. Email: alegomes.rn@gmail.com

³ Pedagoga. Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-1300-2669> Email: marianna.medsilva@gmail.com



literature review. The data collection sources are books, published articles and legal documents that govern special education in the state of Rio Grande do Norte. The results indicate a support service that considers the particularities of students with specific educational needs (SEN) who are enrolled in the network and that seeks dialogue with regular classroom teachers with a focus on consolidating collaborative work, which still presents itself as a great challenge. Finally, it is of fundamental importance to consider that the service offered by the state education network of Rio Grande do Norte through the work of special education teachers in the field of inclusive practices has received due recognition as a possibility of guaranteeing the right to education aimed at the special education public.

Keywords: support service; specific educational needs; collaborative work.

RESUMEN

El principal objetivo de este artículo es presentar una visión general del servicio de apoyo en materia de Educación Especial en el contexto de la red educativa estatal en Rio Grande Norte (RN) con énfasis en el desempeño de los docentes de Educación Especial en el aula regular. El enfoque metodológico adoptado es cualitativo (Minayo, 2015) utilizando el método de Estudio de Caso (Stake, 2010). A través de investigación documental y revisión sistemática de la literatura. La fuente de recolección de datos son libros, artículos publicados y documentos legales que rigen la educación especial en el estado de Rio Grande do Norte. Los resultados apuntan a un servicio de apoyo que considera las particularidades de los estudiantes con necesidades educativas específicas (NEE) que se encuentran matriculados en la red y que busca el diálogo con los docentes de aula regular con foco en consolidar el trabajo colaborativo que aún existe como un gran desafío. Finalmente, es de fundamental importancia considerar que el servicio ofrecido por la red educativa estatal de Rio Grande do Norte a través del trabajo de los docentes de educación especial en el campo de las prácticas inclusivas ha recibido el debido reconocimiento como una posibilidad de garantizar el derecho a la educación dirigida en audiencias de educación especial.

Palabras clave: servicio de soporte; necesidades educativas específicas; trabajo colaborativo.

INTRODUÇÃO

O paradigma da inclusão se consolidou em meados dos anos de 1990, tendo marcos legais que ratificam uma nova perspectiva a respeito do lugar da pessoa com deficiência na sociedade. A saber: Declaração de Jomtien (1990), Declaração de Salamanca (1994), Política Nacional de Educação Especial (1994), Convenção de Guatemala (1999), Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2009), dentre outros.

É nesse contexto que a Educação Especial da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte toma *corpus* de modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades. Esse artigo tem por objetivo central apresentar um panorama do serviço de apoio referente a Educação Especial no contexto da rede estadual de ensino

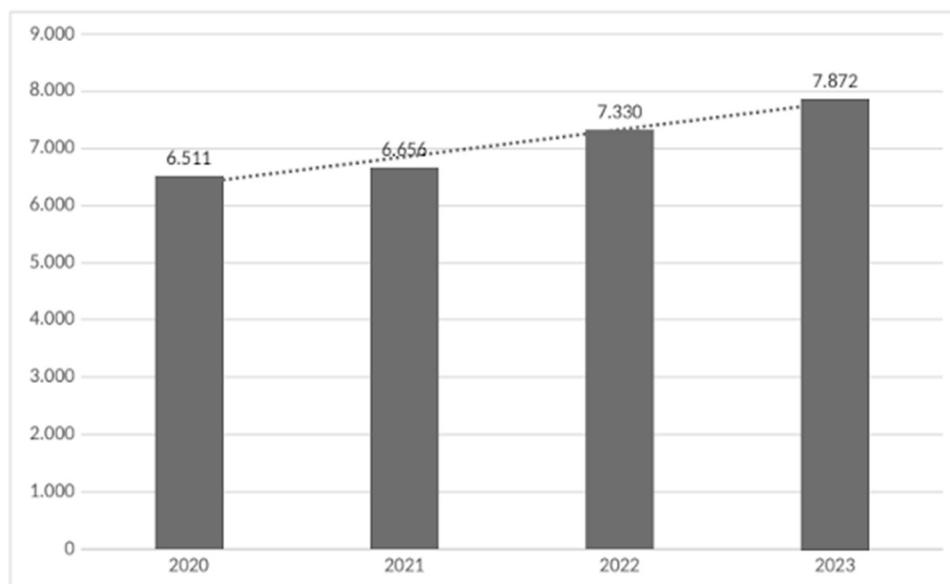
do Rio Grande Norte (RN) com ênfase na atuação dos professores de Educação Especial em sala de aula comum.

A organização da rede se constrói a partir da Subcoordenadoria de Educação Especial (SUESP) parte da Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar (CODESE) da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC). O marco temporal sinaliza o nascedouro da subcoordenadoria na década de 1970 ainda durante o paradigma da integração atendendo aos estudantes com deficiência em Natal/RN. (Severo, 2012).

Historicamente, a normatização da Educação Especial no RN acontece através da Resolução 03/1985, ratificando ações que já ocorriam no âmbito do Estado do RN, mais especificamente, no atendimento aos estudantes com deficiência em escola especializada, classe comum ou clínica-escola (Martins, 2015). Na década de 1990 a subcoordenadoria de educação especial: “(...) procurou, gradativamente, desativar o trabalho empreendido em modalidades especializadas, buscando atuar numa perspectiva inclusiva, em coerência com a política educacional vigente.” (Martins, 2015, p.201).

A efervescência pela consolidação do paradigma da inclusão trouxe inúmeros desdobramentos, também, na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte com o fortalecimento das escolas regulares de ensino e o crescimento do número de matrículas de estudantes com NEE na rede. O que é possível comprovar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Matrícula de estudantes com NEE na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte (2020-2023)



Fonte: Portal do Monitoramento da Educação do Rio Grande do Norte (2023)

O gráfico revela que, o crescimento exponencial das matrículas caminha para o entendimento de que o acesso e a permanência desse público tem sido uma realidade resultante dos esforços empreendidos no campo das políticas educacionais de inclusão escolar implementadas o Estado do Rio Grande do Norte.

Vale destacar a resolução nº 02/2012 CEE/CEB/RN que fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial com destaque para o artigo 5º que preconiza: “O Atendimento Educacional Especializado é realizado, *prioritariamente*, na sala de recurso multifuncional da própria escola ou em outra escola do sistema de ensino, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo de classes comuns.” Sobre isso, é relevante assinalar que, atualmente, o AEE assume suas funções em diversos outros espaços da escola, dependendo de qual seja a necessidade do/a estudante, sendo dialógico aos demais serviços ofertados pela rede.

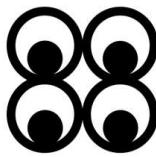
A resolução adotada atualmente pela rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte é a Resolução nº 03/2016 CEE/CEB/RN cujo o guarda-chuva continua sendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas atribuições em interlocução com o público-alvo e as instituições de ensino. Tal documento define como público da Educação Especial no Estado através do seu artigo 4º aqueles/as estudantes que apresentem:

I - deficiência de natureza física, com dificuldades acentuadas ou reduzidas de locomoção, deficiência intelectual ou sensorial, com impedimentos de longo prazo e deficiência de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos;

II - Transtornos do Espectro Autista com quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras, dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que afetem a aquisição de competências e habilidades próprias do nível de ensino no qual está inserido;

III – Transtornos Funcionais Específicos - TFE, entendidos como Dislexia, Discalculia, Disortografia, Disgrafia, Dislalia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e Distúrbio do Processamento Auditivo Central - PAC;

IV - Altas Habilidades/Superdotação, cujo potencial é elevado e de grande envolvimento, evidenciado nas áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.



Para que, o atendimento desse público seja garantido chamamos à atenção para a importância da atualização do principal documento que rege as práticas no campo da Educação Especial do Rio Grande do Norte, visto que, atualmente, há um leque de serviços sendo ofertados pela rede e se faz necessário delinear as atribuições e diálogos necessários entre estes e, os demais profissionais da escola na perspectiva de um trabalho colaborativo.

Desse modo, esse trabalho se apresenta como um campo basilar para reflexões que se desenvolvem no campo da Educação Especial no Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente, em torno do cargo de professor/a de Educação Especial. O texto se organiza com a seguinte estrutura: Os serviços da Educação Especial no Estado do RN, Aportes Metodológicos, Professores de Educação Especial e o desafio do trabalho colaborativo na rede estadual de ensino do RN e, por fim, as considerações finais e referências.

OS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO RN

A importância de retomar dados históricos, estatísticos e documentais na seção anterior, revela-nos uma construção processual e gradual da Educação Especial no Rio Grande do Norte sob os auspícios da consolidação dos serviços de apoio ofertados pela rede estadual de ensino do RN. Atualmente a Educação Especial da rede estadual, através da SUESP, oferece entre os profissionais da rede de apoio: Professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) através das Salas de Recurso Multifuncionais (SRM), Professores de Educação Especial, Professores de Libras, Professores Tradutores/Intérpretes de Libras, Cuidadores e professores para o Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar (AEDH).

Tais serviços, alcançam aqueles considerados público da Educação Especial na busca pela garantia do direito à educação em suas mais variadas vertentes. No quadro abaixo é possível compreender cada serviço e as suas devidas atribuições:

Quadro 1 - Atribuições dos profissionais que compõem a rede de apoio do Estado do RN

Professores do AEE	Professores de Educação Especial	Professores de Libras	Professores Tradutores/ intérpretes de Libras	Professores para o AEDH	Cuidadores

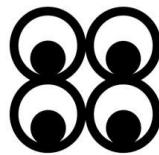




<p>I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade, considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial; II - organizar o cronograma de atendimento aos alunos; III - acompanhar a aplicabilidade e e funcionalida de dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e na sala de aula, bem como em outros ambientes da escola; IV - elaborar estratégias de sensibilizaçã o e divulgação do AEE junto à comunidade escolar; V - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidad e utilizados pelos alunos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio • O professor será responsável por colaborar com o professor titular, na mediação do processo de ensino-aprendizagem do educando (Resolução, 02/2012 CEE/CEB, art. 11, inciso VI); • Atuar de forma articulada com os demais professores da sala comum e da Sala de Recursos Multifuncionais, quando for o caso, ao coordenador, gestores e demais profissionais da escola; • Colaborar para o atendimento às necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações, o que deve levar em consideração "as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência" (Nota Técnica 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar aulas e atividades escolares junto aos professores regentes das diversas disciplinas curriculares em consonância com o PPP da unidade de ensino junto à Coordenação Pedagógica; • Avaliar processo de ensino-aprendizagem e seus resultados; • Desenvolver atividades pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural em uma perspectiva de educação inclusiva; • Registrar práticas escolares de caráter pedagógico; • Desenvolver atividades de estudo e formação de LIBRAS para profissionais da Rede Estadual de Ensino; 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar aulas e atividades escolares junto aos professores regentes das diversas disciplinas curriculares em consonância com o PPP da unidade de ensino junto à Coordenação Pedagógica; • Traduzir e interpretar em Libras as aulas ministradas pelos professores regentes; • Fazer atendimento Educacional Especializado (AEE) em Libras, reforçando os conceitos dos conteúdos curriculares e o aprendizado de língua portuguesa como L2 nas unidades de ensino onde se encontram matriculados alunos surdos; • Avaliar processo de 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes; Informar à escola em que está matriculado o educando sobre o Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, e sobre o acompanhamento durante a hospitalização ou tratamento. • Na instituição em que houver coordenador pedagógico, essa ação será realizada pelo mesmo; nos casos omissos, pelo professor do NAEHD/RN; • Solicitar à escola do estudante o envio das atividades e/ou avaliações, os planos de trabalho contendo os objetos do conhecimento de cada componente curricular a serem desenvolvidas na classe hospitalar/domiciliar, em casos de afastamento escolar com período superior a 15 dias; • Cadastrar os estudantes no SIGEDUC com a ficha individual, registro diário das atividades realizadas conforme o sistema, para subsidiar o 	<p>Realizar serviço de acompanhamento aos estudantes com deficiência da rede estadual de ensino em todo RN a partir do que preconiza a Nota Técnica nº19/2010 (MEC/SEESP/GAB), ao estabelecer o apoio às atividades de locomoção, higiene e alimentação, para os estudantes que não realizam essas atividades com independência.</p>
---	---	--	---	---	--



VI - mediar o uso da tecnologia assistiva, de forma a ampliar as habilidades funcionais dos alunos; VII - estabelecer articulação com os docentes da sala de aula visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos, de acessibilidad e e das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares.	do MEC/SEESP/GAB nº 19/2010); •Auxiliar o professor regente nas atividades planejadas para todo o grupo, de modo a possibilitar a integração de todos os estudantes e viabilizar a participação do estudante com NEE •Elaborar, a partir de contribuições e orientações da equipe pedagógica da escola, o Plano de Atendimento Individualizado ; Elaborar relatório semestral •Participar das atividades promovidas pela comunidade escolar, colaborando para a plena participação do estudante com NEE.	•Participar de atividades educacionais e comunitárias da escola; •Fazer atendimento Educacional Especializado (AEE) em Libras, reforçando os conceitos dos conteúdos curriculares e o aprendizado de língua portuguesa como L2; •Ministrar aulas de Libras em centros e/ou núcleos de atendimento educacional especializado e escolas do ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, onde se encontram matriculados os alunos surdos.	ensino e aprendizagem e seus resultados; •Desenvolver atividades pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural em uma perspectiva de educação inclusiva; •Registrar práticas escolares de caráter pedagógico ; Desenvolver atividades de estudo e formação de LIBRAS junto aos professores de Libras, para profissionais da Rede Estadual de Ensino. •Participar da formação continuada oferecida pela Secretaria Estadual de Educação. •Ministrar aulas de Libras para alunos surdos em sala de aula do ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos,	relatório a ser enviado para a escola; •Enviar à escola do estudante relatório das atividades realizadas ao término do tratamento e/ou alta médica, conforme instrumental disponibilizado no SIGEDUC, apresentando o processo de aprendizagem ocorrido durante o período de hospitalização ou tratamento, que deverão ser entregues à família ou enviados para a escola do estudante, podendo ser anexados às atividades realizadas no período de atendimento;
--	---	---	--	---



			matriculados nas escolas e/ou centros de atendimento educacional especializado.		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Os serviços ofertados pela rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte no campo da Educação Especial e apresentados no quadro, mostram um compromisso firmado com os/as estudantes público dessa modalidade de ensino. Além de consolidar uma rede de apoio que compreende a Educação Especial como colaborativa, convidando assim, os demais profissionais da educação a construírem uma escola para todos e todas.

De acordo com Pereira, Guimarães, Severo & Gomes (2023, p. 9):

A rede possui 1.929 professores nos serviços de apoio especializado aos estudantes com NEE, oportunizando o desenvolvimento integral do público aqui referendado. Desses professores, 104 atuam no AEE, dos Centros Estaduais de Educação. Já as escolas, possuem 295 professores do AEE nas salas de recursos multifuncionais, 1.167 professores de Educação Especial realizando a mediação do processos de ensino e aprendizagem dos estudantes em sala de aula, 197 professores intérpretes/tradutores de Libras atuando em sala de aula comum junto aos estudantes com deficiência auditiva/surdez que são alfabetizados em Libras e professores de Libras que atuam com o AEE Libras (...) Some-se ainda, 23 professores do AEHD; 137 técnicos de enfermagem que atuam como cuidadores e os 06 enfermeiros que atuam como supervisores dos cuidadores, junto as 16 Diretorias Regionais de Educação e Cultura.

Os dados revelam uma rede de ensino que investe no aprimoramento das ações inclusivas, de modo, a perceber o outro, em suas peculiaridades. A rede se estrutura na busca para além do acesso a escola, mas também, com foco na permanência e no sucesso das aprendizagens. Dito isto, cabe-nos ressaltar a importância desses profissionais no contexto escolar na perspectiva da visibilidade que se apresenta para a construção da Educação Especial na rede de ensino.

APORTES METODOLÓGICOS



A metodologia norteia-se através da abordagem qualitativa. Sobre essa abordagem, Minayo (2015, p. 21) afirma: “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” Por se tratar de uma pesquisa que, também, analisa os documentos que norteiam as práticas dos professores de Educação Especial, se caracteriza como Pesquisa Documental. Segundo Pádua (1997, p. 62):

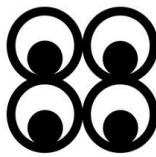
Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizados nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]

Os critérios de seleção na escolha dos documentos analisados dialogam com a construção histórica do cargo, passando pelo edital do concurso e pelas resoluções aprovadas no âmbito do órgão gestor. O método adotado se caracteriza como Estudo de Caso. Segundo Stake (2010, p.11) o estudo de caso: “es el estudio de la particularidad y de la complejidad de um caso singular, para llegar a comprender su actividad em circunstancias importantes.” É através da adoção desse método em nosso estudo que, buscamos um panorama do serviço de apoio referente a Educação Especial no contexto da rede estadual de ensino do RN, através de um caso particular, que se trata da atuação dos professores de Educação Especial em sala de aula comum. Por isso, a importância da reflexão sobre o trabalho colaborativo e as nuances que permeiam essa organização na rede estadual de ensino do RN.

A pesquisa também se delineia através de uma revisão de literatura sistemática, tendo por fonte de coleta de dados: livros, artigos publicados e documentos legais que regem a educação especial no estado do RN.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E O DESAFIO DO TRABALHO COLABORATIVO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RN

O cargo de professor/a de educação especial no Rio Grande do Norte é ratificado através do edital nº 001/2015 da Secretaria de Administração e Recursos Humanos (SEARH) e da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). O documento expõe que o/a profissional tem por



função atuar junto aos Anos Iniciais, Anos Finais e/ou Ensino Médio com o turno da sala de aula comum que estudantes público alvo da educação especial estejam matriculados. Além de trabalhar em colaboração com o professor titular da sala de aula comum, professor/a do Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenador, gestor e outros profissionais da escola.

Segundo Silva (2023):

esses profissionais seguem buscando a construção de uma identidade profissional, de não ser um cuidador (profissional responsável pela higiene, locomoção e alimentação do estudante), nem de ser o único responsável pelo estudante com NEE nas escolas. Seguem buscando, também, a construção de um trabalho articulado com diálogo, parcerias e divulgação de normativas importantes que quebram barreiras comunicacionais e atitudinais.

São nos desafios apontados por Silva (2023) que assentamos nossas discussões na busca por desmistificar lugares e funções que recaem sob esses profissionais. Tais desafios se assentam no âmbito da: articulação em desenvolver um lugar de pertencimento do/a estudante junto à toda comunidade escolar; construção de um diálogo junto aos professores de sala de aula comum na busca pela garantia plena do direito à educação do/a estudante público da Educação Especial no contexto da educação inclusiva; consolidação da identidade e atribuições do cargo de professor/a de Educação Especial junto à comunidade escolar, buscando assim, combater um imaginário social em torno do exercício de uma função com base assistencialista, além do desenvolvimento de práticas que envolvam a todos e todas, independente da sua condição física, sensorial e/ou cognitiva.

Cabe esclarecer que, a rede estadual de ensino do RN tem realizado a contratação dos profissionais técnicos em enfermagem com o intuito de garantir que, outras funções que não sejam de cunho pedagógico possam ser desenvolvidas junto ao público com Necessidades Educacionais Específicas (NEE). A nota Técnica nº19/2010 (MEC/SEESP/GAB) ratifica as funções a serem desempenhadas pelo Cuidador na rede, tais como auxiliar nas dificuldades em locomoção, higiene e alimentação. O que significa um salto qualitativo no fortalecimento da rede de apoio que constitui a Educação Especial do Estado do Rio Grande do Norte.

Outro desafio salutar no percurso do exercício da docência em Educação Especial diz respeito a construção de um trabalho colaborativo junto aos demais profissionais da escola. No cotidiano escolar, os professores de Educação Especial enfrentam desafios, tais como: ausência de horário compatível para realizar o

planejamento com os professores titulares da sala de aula regular; o reconhecimento do seu lugar como profissional docente, isto porque, por atuarem com um número reduzido de estudantes em uma única turma sua função muitas vezes é secundarizada; o perfil flexível na atuação do ofício por perpassarem todos os níveis (Ensino Fundamental e Ensino Médio) que são de competência da rede estadual, como também, a experiência de docência com diferentes Necessidades Educacionais Específicas (NEE), o que requer, constante atualização.

Por isso, Conforme Vitaliano e Martinelli (2018, p.1038): “[...] para desenvolver o trabalho colaborativo entre os professores do ensino comum e de Educação Especial a parceria é fundamental, pois esses profissionais deverão dialogar, discutir, planejar a prática pedagógica e avaliar os resultados das ações [...].” E, o grande desafio dessa proposta reside na consolidação dessa interlocução/parceria. A reconstrução de uma perspectiva de segregação que ainda paira sobre a escola quando nos referimos aos estudantes com NEE, se materializa em uma docência em educação especial que, por inúmeras vezes, é exercida no isolamento do/a profissional e do estudante acompanhado.

Esse cenário, nos remete para alguns questionamentos: Como consolidar a parceria entre o professor de Educação Especial e o professor de sala de aula regular? Quais estratégias e metodologias podem diminuir as disparidades que se apresentam em uma prática de ensino homogeneizante? Como construir um trabalho colaborativo e, consequentemente, uma escola inclusiva?

Essas perguntas, embasam nossas reflexões, o trabalho colaborativo ainda é um grande desafio na escola comum. Marcas de uma história excluente sob a qual, as pessoas com NEE estiveram submersas por séculos. Diante disso, compreendemos que a primeira ação na reconstrução desse lugar, se assenta na busca por um planejamento inclusivo. Vilaronga e Mendes (2017) pontuam que o trabalho colaborativo é um processo e que se faz necessário definir papéis com foco em um planejamento colaborativo, assim, consequentemente, será possível se evidenciar um trabalho colaborativo.

Ainda, conforme Mendes (2006) se faz necessário considerar que a implementação do trabalho colaborativo requer tempo, suporte, recursos, pesquisas, monitoramento, e principalmente, persistência. Enfatizando como componente principal o tempo – para planejar, para devolver e para avaliar. Diante disso, reiteramos que, o trabalho colaborativo demanda organização, alteridade dos sujeitos envolvidos,

planejamento na perspectiva da inclusão, além de compromisso assumido com uma escola para todos.

Para que esses elementos se tornem uma realidade é necessário que essa parceria em que professor de Educação Especial e professor de sala de aula regular estejam consonantes aconteça, tal como podemos evidenciar caminhos possíveis para essa realidade, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Comparativo entre as atividades desenvolvidas pelo/a professor/a de Educação Especial em parceira com o/a professor/a de sala de aula regular

Professor/a de Educação Especial	Professor/a de sala de aula regular
Atuar de forma articulada com os demais professores da sala comum	Dialogar com o professor/a de Educação Especial sobre as necessidades dos/as estudantes com vistas a garantir o direito à escolarização
Colaborar para o atendimento às necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações	Planejar, selecionar e construir recursos didáticos junto com o/a professor/a de Educação Especial com foco na inclusão de estudantes com NEE.
Elaborar relatório semestral	Construir em parceria com o profissional da Educação Especial os documentos necessários com fim no processo de avaliação de estudantes com NEE.

Fonte: Elaborado pelas autoras

O quadro exposto, exemplifica ações que podem ser desenvolvidas através de uma perspectiva colaborativa entre professor/a de Educação Especial e professor/a da sala de aula comum com vistas a garantir a participação plena de todos/as estudantes público da Educação Especial.

Eis um grande desafio posto ao professor/a de Educação Especial. Conciliar o exercício de uma docência construída em parceria com o professor de sala de aula regular, o envolvimento dos demais atores da escola na busca pela consolidação de uma escola inclusiva, além da construção de uma identidade junto ao estudante acompanhado/a com base na perspectiva do pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar sobre o lugar dos professores de Educação Especial na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte é uma tarefa recente e necessária. Eles estão em todo o Estado, nas salas de aula da rede regular de ensino, acompanhando estudantes em suas mais variadas particularidades. O trabalho aqui exposto apresentou um panorama do serviço de apoio referente a Educação Especial no contexto da rede estadual de ensino do Rio Grande Norte (RN) com ênfase na atuação dos professores de Educação Especial em sala de aula comum.

Compreender que essa prática, conforme quadro 2, tem como ênfase as potencialidades desses estudantes, a construção de um trabalho colaborativo que, para além de envolver a todos e todas, quebra com um paradigma ainda em desconstrução que é a integração, se constitui como um grande desafio.

É fato que o exercício dessa docência tem alcançado grandes conquistas no que concerne permanência e sucesso desse público na escola regular, longe de esmaecer essas conquistas, propomos, também, a dialogar sobre os desafios. Desafios que se refazem no cotidiano da sala de aula, nos entraves para a materialização de um planejamento inclusivo, na constituição de práticas pedagógicas que sejam para todos e todas, considerando suas peculiaridades físicas, intelectuais e/ou sensoriais.

Os professores de educação especial nas escolas da rede se apresentam como a concretização de políticas públicas em educação que buscam reparar historicamente, a exclusão. O direito à educação tem sido garantido através do apoio, da interlocução e da busca diária para que o trabalho colaborativo seja uma realidade alcançável e, assim, os estudantes, público da educação especial tenham suas aprendizagens consolidadas no contexto da escola regular.

Pesquisas futuras, podem contribuir através da ótica das práticas pedagógicas desses profissionais no exercício de um trabalho colaborativo. Além de vislumbrarem dados atualizados sobre as etapas, níveis e modalidades que atuam em todo o Estado do RN. Como também, abordar questões referentes ao olhar dos professores de sala de aula comum sobre a atuação docente dos professores de Educação Especial e como isso reverbera na inclusão escolar.

As reflexões, por hora, aqui expostas, nos convidam ao aprofundamento da temática, considerando o recente cargo criado na base da rede estadual de ensino e os desafios impostos na construção de uma prática docente compartilhada e, que deve, ser exercida de forma colaborativa

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010. Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: lepedi-ufrrj.com.br. Acesso em: 4 jan. 2024.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do século XXI. Campinas, SP: Mercado de Letras. Natal, RN: UFRN, 2015.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: **MANZINI, E. J. (Org.). Inclusão e acessibilidade.** Marília: ABPEE, 2006. p.29-41.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VIRALONGA, C. A. R; Formação de professores como estratégia para realização do coensino. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 4,n.1, p.19 - 32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. In: Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu; Minayo, Maria Cecília de Souza. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OEA. **Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 1999. OEA, 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 03 Jan. 2024.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien)**. Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais>. Acesso em: 03 Jan. 2024.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Assembléia Geral das Nações Unidas, 2009.

PÁDUA, Elisabete Matallo. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PEREIRA. et al. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**. In: ANAIS DO 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2023, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/educacao-inclusiva-no-estado-do-rio-grande-do-norte?lang=pt-br>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 2, de 31 de outubro de 2012. Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial. **Resolução nº 02/2012 – CEE/CEB/RN**, 31 de outubro de 2012. Natal, RN: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 31 out. 2012. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec_cee/DOC/DOC000000000044540.PDF. Acesso em: 12 Jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos. **Edital nº 001/2015 – SEARH – SEEC/RN**, de 3 de novembro de 2015. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte: Natal, RN, 2015. Disponível em: http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&dat

a=20151030&id_doc=515326. Acesso em 13 Jan 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 03, de 23 de novembro de 2016. Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial. **Resolução nº 03/2016 – CEB/CEE/RN**, 23 de novembro de 2016. Natal, RN. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 23 nov. 2016. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec_cee/DOC/DOC000000000254042.PDF. Acesso em: 05 dez. 2023.

SEVERO, Maria do Carmo de Sousa. **Um estudo sobre a trajetória de professores itinerantes na escola regular, Natal/RN (1971-2011)**. Natal/RN: 2012. 248 f. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Marianna Medeiros da. **Professores de educação especial: concepções e proposições para uma vivência formativa na perspectiva da bidocência** /Marianna Medeiros da Silva. 2023. (Dissertação de Mestrado). UFRN.

VITALIANO, Célia Regina; MARTINELLI, Josemaris Aparecida. **Desenvolvimento do trabalho colaborativo entre uma professora de Educação Especial e professores da classe comum**. Florianópolis: Revista do Centro de Ciências da Educação, vol.36,n.3, p.1031-1051, jul/set, 2018.

STAKE, Robert. E. **Investigación con estudio de casos**. 5. ed. Ediciones Morata, S. L. Madrid, 2010.

Submetido em: 25/09/2024

Aceito em: 27/02/2025

